



Anais da Assembléia

Nº 003

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 08:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 10:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 02:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Penides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO - 02:** Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado.

• SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DOS
TRABALHOS DA 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA, DA
12.^a LEGISLATURA, OCASIÃO EM QUE S. EXA. O
SR. ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, GO-
VERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, PROCEDE-
RÁ A LEITURA DA MENSAGEM EXPONDO A SITUAÇÃO DO
ESTADO.

REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1994.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando
Pessuti, secretariada pelos Senhores Depu-
tados Anibal Khury e Basílio Zanusso.

Às quinze horas é registrada a presen-
ça dos seguintes Senhores Deputados: Or-
lando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo
Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato,
Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar
Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibel-
li, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos
Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassa-
no, Dalton Machuca, Djalma de Almeida Cé-
sar, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha,
Dúlio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rus-
ch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy
Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig,
João Iensen, João Preis, José Alves, José
Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Frego-
nese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Al-
borghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Car-
los Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário
Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin,
Nelson Garçia, Nelson Justus, Nereu Alves
de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevi-
san, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plau-
to Miró Guimarães, Renato Adur, Severino
Félix, Toti Colaço, Valderi Vilela e Ros-
soni.

Presentes ainda inúmeras autoridades,
militares, eclesiásticas e demais convida-
dos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a
proteção de Deus, declaro aberta a

S E S S Ã O S O L E N E

SESSÃO SOLENE

O SR. PRESIDENTE: Sob a proteção de Deus,
declaro aberta a Sessão e instalada a
4.^a Sessão Legislativa da 12.^a Legislatu-
ra.

Na presente Sessão Sua Excelência o
Senhor Governador, atendendo dispositivo
Constitucional, procederá a leitura da
mensagem expondo a situação do Estado do
Paraná.

Designo Comissão, composta por Suas
Excelências, os Senhores Deputados Djalma
de Almeida César, Neivo Beraldin, Heinz
Georg Herwig e Nelson Garcia, para acompa-

nharem e introduzirem no recinto deste
Plenário, Suas Excelências os Senhores:
Roberto Requião de Mello e Silva, dignís-
simo Governador do Estado e o Desembarga-
dor Ronald Accioly Rodrigues da Costa,
digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal
de Justiça do Estado do Paraná.

Suspendo Sessão por alguns instantes
para aguardarmos Suas Excelências.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está
reaberta a Sessão. É com a mais eleva-
da satisfação que anuncio a composição da
Mesa.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Orlando Pessuti
Presidente da Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor
Roberto Requião de Mello e Silva
Governador do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor
Mario Pereira - vice-Governador.

Excelentíssimo Senhor
Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da
Costa - Presidente do Tribunal de Justiça
do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor
Coronel João Alexandre Filho, represen-
tante de Sua Excelência o Senhor General de
Divisão Antonio Araújo de Medeiros, Coman-
dante da 5.^a Divisão de Exército.

Excelentíssimo Senhor
Coronel - Aviador Paulo Roberto Cardoso
Vilarinho - Comandante do Segundo Centro
Integrado da Defesa Aérea e Controle de
Tráfego Aéreo (Cindacta II).

Excelentíssimo Senhor
Conselheiro Nestor Baptista - Presidente
do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Anibal Khury
1º Secretário da Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Basílio Zanusso
2º Secretário da Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Con-
vido os presentes a ouvirem o Hino Na-
cional Brasileiro a ser executado pela
Banda de Música da Polícia Militar do Es-
tado do Paraná.

Senhores Deputados:

Inauguramos esta 4.^a Sessão Legislativa da 12.^a Legislatura da Assembleia Legislativa do Paraná em um momento singular da história contemporânea de nossa Pátria. Momento de perplexidade. Perplexidade, com as revelações de sucessivos acontecimentos que têm escandalizado a Nação:

- a escalada da corrupção, atingindo os mais altos escalões da República, tanto nas esferas do Legislativo como do Executivo, na área política, como também, em representativos setores da comunidade empresarial;

- a luta feroz de associações corporativas, proporcionando o deprimente espetáculo do "salve-se quem puder", protagonizado pelos grupos que não querem perder privilégios e aspiram cada vez mais consolidá-los; são os que não vêem ou esquecem, hipnotizados pela paranóia que os cega, o crescimento assustador, dia a dia, da onda avassaladora dos despossuídos;

- aqueles que não têm terra, não têm casa, não têm pão, não têm escolas, não têm hospitais nem assistência médica. Não têm mais esperanças, nem sonhos.

Perplexidade, que induz legiões cada dia maiores de brasileiros ao pessimismo e ao desespero, com perigoso descrédito para as instituições.

Paradoxalmente, um momento, também, de esperança.

Esperança de que a ética ainda pode ser resgatada, a partir da reação dos justos, dos honestos, dos que não se deixaram contaminar pelo vírus da corrupção ou pela chaga do egoísmo cruel, que não vê e não sente o sofrimento dos semelhantes.

Esperança, no aperfeiçoamento dos costumes políticos, fundamentada em alguns episódios recentes que podemos interpretar como exemplos de sintomas promissores, capazes de renovar nossa fé na reconstrução da República:

- o desfecho da CPI que afastou do poder, pela primeira vez, um Presidente que traiu a confiança nele depositada por milhões de eleitores;

- o desenrolar da CPI do Orçamento, que expôs aos olhos da sociedade a rede de cumplicidades e omissões, no interior do Congresso e fora dele, com o esquema de apropriação e desvio de verbas públicas - recursos que deveriam financiar programas sociais básicos para o bem estar da população e projetos de aperfeiçoamento da infra-estrutura econômica, essenciais ao desenvolvimento do País.

Neste cenário, Senhores Deputados, as responsabilidades desta Casa, coletivamente, e, individualmente, de cada um de nós, seus integrantes, é muito grande. A sociedade está atenta ao nosso comportamento e vigilante na crítica e no julgamento dos

nossos atos.

Creio que este Poder Legislativo, tanto no conjunto como na atuação da sua Presidência, pode afirmar, com a consciência tranqüila, que tem cumprido com o seu dever.

É do conhecimento de todos o papel que exercemos no episódio recente da tentativa de desmembramento de uma região do Estado. Nossa posição foi firme e coesa. Plenário e Mesa - então presidida pelo companheiro Anibal Khury - uniram-se em um só bloco na luta pela preservação da unidade do Paraná. A ameaça de mutilação do nosso território, patrocinada por um grupo de políticos, felizmente poucos, alguns por ambição, outros por equívoco, teve o merecido destino. Foi esmagada pela reação cívica dos mais representativos segmentos da sociedade paranaense.

Mas, ficou a lição. Não há dúvida de que o clima de perplexidade que nos cerca, caldo de cultura para as manifestações de contestação e revolta, facilitou a arregimentação dos paranaenses que, nesse episódio, se deixaram iludir pelos falaciosos argumentos separatistas. Argumentos que não respeitaram a história nem levaram em conta os legítimos interesses da nossa comunidade estadual.

Com a mesma energia, assumimos posição de liderança sobre a questão da imunidade fiscal para transferência de energia elétrica dos estados produtores para os consumidores.

Este é mais um problema criado com o clima emocional em que foi discutida e votada a Carta Magna, pelos constituintes de 88. Interesses corporativos de alguns grupos e facções conseguiram desviar o caráter de Lei Fundamental que deve possuir uma Constituição - circunscrita, portanto, às normas gerais de convivência da sociedade. Incorporaram pormenores de âmbito restrito aos interesses de determinados grupo, e outros, discriminatórios, em prejuízo de ponderáveis segmentos da população.

Este é o caso do dispositivo que isenta de ICMS - numa excessão inconcebível em toda a sistemática da incidência deste imposto, a transferência de petróleo, combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica, para outros estados. Isto significa um prejuízo inqualificável para a população paranaense e para os projetos de desenvolvimento sócio econômicos do Estado e dos municípios.

A Assembleia e sua Presidência estiveram atentas e desencadearam as ações pertinentes para corrigir esta injustiça.

O Bloco Parlamentar Municipalista desta Casa, sob a presidência do companheiro Toti Colaço, com o decidido apoio da Associação dos Municípios do Paraná, atuou no

sentido da mobilização política indispensável à vitória, no Congresso Nacional, de emenda constitucional que objetiva corrigir este absurdo.

Conseguimos, também, sensibilizar e receber o apoio, para esta emenda, do Conselho Parlamentar do Sul, que congrega as Assembléias Legislativas do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul com o objetivo de realizarem, sempre que possível, ações conjuntas em relação às causas de interesse comum destes estados.

A propósito do Conselho Parlamentar do Sul, queremos anunciar aos presentes que no próximo dia 7 de março, aqui em Curitiba, na Assembléia Legislativa, teremos uma reunião envolvendo essas 4 Assembléias para ajustarmos as ações que deveremos desenvolver em conjunto, com vistas à Revisão Constitucional que se processa em Brasília.

Ao lado dessa luta, contra a injusta e, para nós, perniciosa imunidade tributária, desfraldamos, também, a bandeira da defesa das prerrogativas do município no sistema federativo de governo.

A tentativa de confisco do Fundo de Participação dos Municípios, pelo governo federal, para compor os recursos supostamente destinados a corrigir os desequilíbrios orçamentários que sobrecarregam o Tesouro da União, mereceu pronta e vigorosa repulsa de nossa parte. Fizemos chegar ao Congresso nossa voz de protesto.

Também, neste caso, recebemos o apoio inestimável da Associação dos Municípios do Paraná. A AMP mobilizou para produzir estudos técnicos capazes de nos dar subsídios, e promoveu intensa articulação política, sensibilizando Parlamentares de todos os partidos e coordenando a atuação dos Prefeitos.

Graças a esse movimento, que se somou aos que foram organizados em outros estados, o Governo Federal recuou. Mas devemos continuar mobilizados para as batalhas que não de vir contra o enfraquecimento do município, em face do insaciável apetite do Poder Central.

Pois é no município que o trabalhador trabalha. É no município que o empresário empreende. É no município que o agricultor produz para abastecer o mercado interno e gerar divisas com os produtos de exportação. É no município que o povo vive e é no município que o povo sofre. É no município que o contribuinte cobra, diretamente, a ação do poder público.

Senhores Deputados:

Para enfrentar a perplexidade e a desesperança, impõe-se a consolidação de um posicionamento ético-moral irrepreensível

das instituições e das pessoas que detêm alguma parcela de responsabilidade política. De modo especial os parlamentos e os parlamentares.

É a única salvaguarda para que as Sociedades que adotaram sistemas democráticos de governo não sejam surpreendidas com as tempestades da revolta popular descontrolada. Aquela fúria capaz de destituir poderes, subverter estruturas, demolir instituições. E que, freqüentemente, serve de pretexto para que aventureiros e oportunistas de todos os matizes assumam o poder absoluto e marginalizem a representação popular legítima, privilégio dos parlamentos.

Esta Assembléia, Senhores Deputados, tem uma missão excepcional a cumprir no período desta Sessão Legislativa que, hoje, iniciamos. Teremos que conduzir, paralelamente às tarefas normais da vida parlamentar, três processos de fundamental importância para o futuro do Paraná:

- discutir e votar a reforma constitucional no âmbito do Estado;

- participar do processo eleitoral mais abrangente dos últimos anos - eleições para Presidente da República, Governador do Estado, Senadores e Deputados Federais, e renovação desta Assembléia.

- discutir e votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento do Estado para 1995, que balizarão as ações do futuro governo estadual.

O julgamento da história vai ser muito severo, caso a nossa conduta, em cada uma destas questões, não esteja à altura do momento em que vivemos.

Diante desse desafio, nossa responsabilidade vai além da seriedade e da correção pessoal na ação política que, por dever de ofício, somos obrigados a exercer. Pois não estará em jogo somente o prestígio político de cada um de nós, perante nossos eleitores, ou a imagem pública de cidadãos de cada um de nós, perante a sociedade paranaense.

Estará em jogo, principalmente, perante a opinião pública de toda a Nação brasileira, o conceito do parlamentar, como representante legítimo das aspirações populares, e o conceito do parlamento, como instituição-símbolo da democracia.

Estamos iniciando o processo eleitoral.

Temos o dever de sensibilizar nossas agremiações partidárias para que não esqueçam as lições da história.

Os períodos de recessão econômica sempre abriram espaço para movimentos transformadores de realidade social e política dos povos. Para o bem, ou para o mal, dependendo da capacidade das suas lideranças para perceberem os perigos e, ao

mesmo tempo, as oportunidades que as situações de crise oferecem.

Na década dos anos 30, encontramos duas lições exemplares da história contemporânea:

- dos escombros da efêmera República de Weimar, cujos governos não souberam encontrar soluções progressistas e criativas para a crise da economia alemã do pós guerra, surgiu o regime nazista;

- da coragem política de Franklin Roosevelt, ao oferecer uma saída construtiva e ousada, para a crise decorrente da catástrofe econômica de 1929, surgiu o renascimento democrático da sociedade norte-americana.

A única saída segura para nossa crise é o desenvolvimento equilibrado de todas as nossas potencialidades. E isto serve para o Brasil e para o Paraná.

Só os programas de governo que privilegiem a criação de empregos e a geração de renda, de modo a diminuir as desigualdades regionais, setoriais e sociais, poderão ser levados a sério como propostas para tornar viável o processo do desenvolvimento brasileiro. E só o crescimento econômico com justiça social pode ser entendido como desenvolvimento.

É o momento, portanto, de repensarmos a vida política brasileira.

Reestruturando a legislação partidária. Restabelecendo normas éticas, essenciais à convivência democrática numa sociedade moderna, como, por exemplo, a fidelidade partidária. Reconstituindo o perfil ideológico dos partidos políticos, para que o eleitor não continue sendo ludibriado, ao fazer sua escolha nas urnas.

Para a implementação de qualquer plano de governo, a nível nacional ou estadual, é imprescindível, igualmente, a manutenção de um diálogo permanente, franco e aberto entre o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Diálogo entre eles. E, diálogo entre cada um deles e a comunidade.

Temos plena consciência de que não existe Parlamento, não existe Justiça não existe Administração Pública, sem que a dimensão humana seja a medida de todas as decisões e de todos os atos.

O homem e a mulher, sempre, devem prevalecer como centros das preocupações, das propostas, dos projetos, das leis, das obras, das ações e das realizações.

O povo deve ser, sem dúvida, a origem e o fim da ação governamental, pois as instituições não existem por si mesmas. O bem-estar do ser humano deve ser a premissa fundamental da existência e do desempenho de cada uma delas.

Trabalhem para que, no Brasil e no Paraná, assim seja.

Senhor Governador, Senhor Presidente do Tribunal de Justiça.

Penhoradamente agradeço, em nome desta Casa do Povo, o prestigiamento que, mais uma vez, o Poder Executivo e o Poder Judiciário manifestam ao Legislativo, com a presença de Vossas Excelências a esta solenidade.

Que a abertura dos trabalhos desta Sessão Legislativa registre o compromisso dos Poderes que representamos para que, se as condições objetivas da vida nacional o permitirem, trabalharemos juntos no sentido da realização destes ideais.

Estaremos interpretando, de modo positivo e com espírito criador, a perplexidade dos nossos concidadãos no momento singular que estamos vivendo e possibilitando, muito provavelmente, que as esperanças da sociedade, assim como as nossas, se transformem em realidade.

Tenho a mais elevada satisfação de conceder a palavra neste momento ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

O SR. GOVERNADOR ROBERTO REQUIÃO - Sr.

Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Ronald Accioly. Representantes dos Comandos da Aeronáutica e do nosso Exército Brasileiro. Srs. Deputados:

Há, na história, momentos fortes em que o tempo cronológico parece adensar-se, fazendo com que os acontecimentos se sucedam mais velozmente.

São tempos de mudança, e, portanto, de crise, são momentos de estreitamento, que, na visão de Teilhard de Chardin, possibilitam o "Salto de Qualidade", a passagem para um degrau evolutivo superior. É assim que a natureza e a humanidade caminham em direção à sua permanente superação.

No entanto, nada disso ocorre de forma mecânica, inexorável. Não existe um determinismo histórico que estabeleça uma relação causa-efeito imutável. As leis da história não são as mesmas que as da física.

O sujeito da história é o homem, dotado de consciência e livre arbítrio, capaz de escolhas acerca de seu próprio destino. Momentos de crise são momentos de decisão e de opção. E esta pode levar a sociedade para um patamar superior ou pode degradá-la, arrastando-a para baixo pelo peso daquilo que o mesmo Teilhard chama de "passividades", cargas que só servem para retardar o processo de evolução e crescimento do homem e da natureza.

Nosso País, a meu ver, vive um desses momentos decisivos para seu futuro.

O impedimento do ex-Presidente Collor demonstrou que a transição democrática, que parecia ter chegado ao seu cume com as eleições diretas para a presidência da República, ainda estava por acontecer. A CPI do orçamento expôs uma das feridas

mais graves da República: A corrupção que penetrou por todas as partes do tecido social, envolvendo todos os Poderes. Vivemos hoje um processo de reavaliação das instituições republicanas; a desilusão com as instituições e o descrédito nos homens responsáveis pelo País são uma faca de dois gumes. Tanto podem suscitar os pregoeiros do caos, que enxergam a salvação somente num governo forte - sinônimo de autoritarismo e arbítrio - como desafiam a criatividade dos que sabem que a saída está no fortalecimento da República e das instituições democráticas.

Estou convicto de que passamos por uma crise de crescimento. Estamos abandonando as ilusões ufanistas de um Brasil grande e cordial, ilusões que sempre embalaram os os nossos sonhos de um futuro melhor e cada vez mais adiado. Estamos nos confrontando com a realidade de um País historicamente construído sobre o duplo pilar do paternalismo e do autoritarismo colonial, sustentador da dicotomia entre a casa grande e a senzala. Estamos descobrindo que não é possível projetar um futuro viável para este País se não estabelecermos uma ruptura radical com os vícios que arcaizam nossa vida política e social, lançando as bases de uma nação efetivamente moderna, o que quer dizer, uma nação na qual a consolidação da democracia acontece com a correspondente melhoria das condições sociais da população.

Um olhar retrospectivo nos mostra que a caminhada da democracia brasileira tem sido permanentemente fragilizada por uma profunda crise econômica. A realidade cotidiana reafirma, sempre e sempre, o contorno das características de uma formação econômica perversa: concentração de renda e riqueza; socialização dos prejuízos pelo repasse do privado para o público; exclusão de massas crescentes da população dos benefícios do desenvolvimento e da civilização.

Não se pode negar a permanência e a amplitude do conflito distributivo brasileiro. A diversidade de situações sociais, expressa na péssima distribuição de rendas, agravada pela superinflação, é de tal diversidade que se torna difícil imaginar sua superação a curto prazo. A isto se alia a profunda crise que atravessa a nossa sociedade, expressa na desorganização e na fragmentação dos interesses conflitantes, que passaram a exibir um comportamento que poderíamos classificar como predatório. Caímos num abismo de tal profundidade que a única lei efetivamente praticada passou a ser a "Lei do Gerson", o "Salve-se quem puder".

Para reverter essa situação de desintegração social são necessárias reformas profundas no Estado e na sociedade. Sem um

acordo mínimo entre as elites e a sociedade sobre essas reformas, não poderemos jamais tornarmo-nos uma nação, continuando a ser os múltiplos "Brasis" que convivem em conflito, antes latente, mas agora já aberto em muitas regiões.

O caminho, certamente, não passa pelas vias de um neoliberalismo conservador e antiestatizante, que ignora tanto as raízes opressoras das nossas elites dominantes quanto a violência intrínseca dos "Mercados", acredito que o estado brasileiro deve ser reduzido.

Sem dúvida, ao longo do tempo, encorpou e assumiu dimensões indesejáveis. Mas, é preciso ser cego para não perceber que o estado cresceu extamente sob a égide daqueles que, após terem se apropriado das benesses produzidas por esse crescimento, hoje apregoam a tese do estado-mínimo. Creio no Estado posto a serviço dos interesses prioritários da população, no Estado posto a serviço de quem mais precisa dele. Não são as elites, as classes privilegiadas - os banqueiros, empreiteiros, industriais - que necessitam dos serviços sociais do Estado. São as classes desprivilegiadas e empobrecidas que precisam dos serviços públicos, do amparo da justiça, de leis que impeçam a sua espoliação e garantam seus direitos e sua dignidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O nosso País está mais enfermo política que economicamente. Sem reformas sociais e institucionais profundas será muito difícil consolidar a democracia, combater a inflação com equidade e retomar o desenvolvimento com justiça social, transformando cada brasileiro num cidadão.

Daí porque penso que a maior ameaça à democracia, maior que uma possível desordem econômica ou social, é a ausência de ética e de representatividade na política. Não basta punir os abusos. Precisamos mudar os usos que geram corrupção e injustiça. Modernizar o País não é diminuir o Estado, nem praticar uma privatização acelerada.

Modernizar o País é tornar legítimas as instituições e implantar a ética na vida política. Ao lado disto, buscar um pacto político orientado para o desenvolvimento e a distribuição de renda.

Isto significa um projeto nacional que crie condições para a coesão social. E a estabilidade econômica, deixando de lado três vieses destrutivos: o nacional-desenvolvimentista (por ser ultrapassado), o corporativista (porque é a deturpação do contrato social) e o neoliberal (que não passa de reação conservadora às conquistas sociais).

Trata-se de estabelecer uma resposta

estrutural aos problemas do País, alicerçada num mínimo de estabilidade político-social e em definições precisas de onde se quer chegar. É preciso que o Estado assuma seu papel na distribuição da renda, requisito prévio para a justiça social.

Isto supõe o estabelecimento de novas prioridades para os gastos públicos, a reforma profunda do aparelho administrativo estatal e uma reforma tributária adequada.

Em outras palavras, a saída da crise deve ser articulada por uma estratégia que alie o crescimento, amparado numa política industrial que subordine a política comercial, com programas sociais eficazes e abrangentes. Mas isto de nada adiantará sem uma composição política capaz de alterar o caráter inverso tradicional da distribuição de renda, através da elevação dos salários reais e da criação de um elenco de postos de trabalho que dê conta de absorver uma força de trabalho extremamente variada.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Por ser nisto que acredito, tenho procurado governar o Paraná com a constante preocupação de zelar pela justiça, não a justiça fria das leis feitas muitas vezes para beneficiar os poderosos, mas a que floresce da solidariedade e da compaixão humana.

Tenho afirmado sempre que, como Governador, tenho o dever de ser a voz dos que não tem voz nem vez. Quero ajudar a destravar o grito de indignação preso na garganta dos que se percebem postos à margem.

Mas isto não é fácil, nosso País conviveu por séculos com a opressão da senzala pela casa grande. Aos patrões, tudo é permitido e possível. Aos subalternos, cabe sofrer em silêncio e esperar pela providência. Assim, neste País cortado ao meio pela brutal insensibilidade de boa parte de suas elites, os governantes habituaram-se a ceder diante dos poderosos, jogando todo o peso do poder sobre as costas feridas da maioria silenciada e espoliada.

Como não foi para isto que quis ser governador dos paranaenses, deixei sempre clara minha opção: governar em favor dos mais pobres e abandonados. Em favor de quem precisa de governo. Os sem-tetos e sem-empregos, as crianças de rua e os idosos abandonados, o agricultor explorado pelos juros extorsivos e expulso de sua terra, sempre deixei claro que não faria acordos com os poderosos para prejudicar os mais pobres. Que transformaria o Governo numa estrutura a serviço da justiça social e da solidariedade, sem sectarismo, aberta a todas as classes sociais.

Esta não é uma posição fácil.

Os interesses contrariados são muito

fortes. As estruturas de poder estão contaminadas pela omissão, corrupção e prepotência. Mas tenho enfrentado tudo com a consciência de que precisamos inaugurar um novo tipo de relações sociais em nosso país: mais justas, mais transparentes, mais honestas.

No entanto, não descurei das ações concretas em favor da melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento do Estado. Investimentos pesados fizeram do Paraná o Estado onde acontece o maior conjunto de realizações simultâneas já realizado em nossa história.

A FERROESTE, parceria do Governo com o Exército Brasileiro, é a única ferrovia em construção no País. Demandando um investimento global de US\$ 600 milhões, a ligação ferroviária entre Guarapuava e Guaíra tem importância determinante para o futuro do Estado.

E o trecho de Cascavel a Guaíra terá início com a participação do Exército Brasileiro em junho ou julho deste ano de 94, dependendo da intensidade das chuvas.

Com a entrada em operação de suas duas últimas unidades geradoras, a Usina Hidrelétrica de Segredo passou a operar com sua capacidade total, aumentando em 70% a capacidade de produção de energia da COPEL.

Já foi licitada a derivação do Rio Jordão, que aumentará ainda mais a capacidade de Segredo. Assim como já está sendo viabilizada a concorrência da Usina de Salto Caxias, única Usina preparada para ser construída no País, com previsão orçamentária e recursos do Tesouro do Estado do Paraná, sem aporte de empréstimos nacionais ou internacionais.

Os programas sociais da COPEL, como o QUALILUZ, o Força Comunitária e o Força Rural, tem ampliado a faixa de população beneficiada pela energia elétrica, levando maior conforto para milhares de famílias, com custo reduzido e condições facilitadas. No que se refere a estrutura rural com financiamentos baixíssimos equivalentes ao milho, moeda do campo no nosso Paraná.

No setor de transportes, as atenções dirigidas principalmente para o melhoramento das Redes Rodoviárias e para ampliação da eficiência dos Sistemas Ferroviário e Portuário.

O BID-IV, com investimentos da ordem de US\$ 173,5 milhões, financiará a conservação e o melhoramento da rede rodoviária estadual, que perfaz hoje 12 mil KM, segunda rede em extensão dentre todos os Estados brasileiros.

Ao lado disto, destacam-se as construções de novas obras, muitas das quais seriam responsabilidade do Governo Federal, mas que estão sendo assumidas pelo Estado: a duplicação da BR-376, rodovia com a qual

homenageamos o pai do nosso Deputado Heinz Herwig, trecho Curitiba-Garuva; a ponte entre Guaíra e Mundo Novo (MS); a ponte internacional sobre o rio Santo Antônio, ligando Capanema a Andresito-Guacurari (Argentina).

Programas como o "Bom Emprego" e "Panela Cheia" que tem expandido e modernizado as pequenas empresas agroindustriais ou industriais e que hoje já se contam às dezenas de milhares, viabilizando apenas no ano passado, quando associados aos programas de obras do Governo, mais de 600 mil empregos diretos. Ao mesmo tempo que criamos novos postos de trabalho nossos programas são exemplos que constituem notável avanço com relação ao papel desempenhado pelos órgãos financiadores públicos no desenvolvimento do País. A adoção da equivalência em produto, no caso do Paraná, o milho, tornou o nosso Estado pioneiro desta medida, garantindo continuidade da produção, segurança para o produtor e constante recorde na aferição de cada safra.

O Programa "Casa da Família", fundamentado na parceria entre o Governo Estadual e os municípios, viabilizou 40 mil casas até agora, projetando a construção de mais 20 mil para 94. E são casas de 52 m², que oferecem condições dignas de moradia para cerca de 200 mil pessoas, a custos que não ultrapassaram 20% do salário-mínimo.

Reestruturamos a Escola Pública, dando autonomia financeira e administrativa aos estabelecimentos de ensino, repassando-lhes os recursos necessários para gerenciar o dia a dia: tornando realidade a gestão democrática através dos conselhos escolares. Os prédios escolares passaram por completa reforma muitos tendo sido ampliados.

Foram construídas, 4.300 salas de aula, capacitando a rede física estadual a acolher de 400 mil alunos novos. Ousamos no combate à evasão e repetência com a ampliação do ciclo básico.

Pioneiramente, implantamos a rede de capacitação de professores à distância, com a interligação das escolas estaduais com a TV Educativa, via satélite.

O Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano, investe US\$ 224 milhões em obras nos 371 municípios do Estado, enquanto o Programa de Saneamento Ambiental da região de Curitiba - o PROSAM investe US\$ 216 milhões, salvando 14 rios da Região Metropolitana e melhorando de forma fantástica a qualidade de vida da população, com estruturas de coleta de esgotos.

Inúmeros outros programas e ações desenvolvidos nas mais diversas áreas, como a cultura, saúde, ensino superior, indústria e comércio, agricultura, meio ambien-

te, segurança, que os Senhores encontrarão somente descritos nos relatórios anexos, poderiam ser aqui citados, no entanto, para não ser cansativo, restrinjo-me à pequena síntese que precedeu.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aqui, no Paraná, graças ao povo trabalhador e criativo, as coisas acontecem de verdade.

Não queremos descambar para o cabotismo, mas forçoso é reconhecer que, diante do panorama das dificuldades enfrentadas pelo País, nosso Estado tem conseguido avanços importantes. Isto se deve sem dúvida alguma, à operosidade do nosso povo, à criatividade do nosso empresário, à coragem e pertinácia do nosso agricultor. Mas também se deve às políticas corretas que vêm sendo adotadas pelo Governo Estadual.

É assim que, com a seleção de programas de Governo de perfil simples, mas eficazes, em áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social, construímos um Paraná mais forte. Não nos interessam as obras portentosas, de grande impacto propagandístico, mas que beneficiam apenas minúsculas franjas da sociedade e extamente as mais privilegiadas.

Não queremos criar simplesmente uma fachada a esconder as mazelas sociais do Estado. Interessam-nos, e nisto investimos, programas de caráter econômico-social definidos em faavor da maioria da população. Esta é a nossa cota para transformar o Brasil, passá-lo a limpo, torná-lo uma Nação justa e rica.

Quando afirmamos que o Paraná é o Brasil que está dando certo, não nos move o ufanismo oco de quem se crê melhor que os outros. Mas a convicção de que, com seriedade e trabalho, nosso País tem um grande futuro, o orgulho que temos em ser paranaenses é a raiz da esperança de, um dia, vermos o Brasil entre os países desenvolvidos e socialmente justos, é esta certeza que nos faz arrostar às dificuldades, lutar por um projeto político-social amplo e transformador, preservando a esperança num amanhã melhor.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes de encerrarmos a presente Sessão, esta Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença das altas autoridades civis, militares e eclesiásticas que aqui compareceram, Senhores Secretários de Estado, Diretores de autarquias e empresas públicas do Governo do Estado, a presença do Diretor da Polícia Federal, Dr. Reginaldo, a presença de Prefeitos, vice-Prefeitos e Vereadores, do Corpo Consular, aqui representado nas pessoas, Sra. Célia Esther Canete, Cônsul Geral da República do Paraguai, do Sr. Carlo

Curitiba, quarta, em 16.02.94

Gian Piero Molinari, Cônsul Geral da Itália, do Sr. Jersy Berzogowski, Cônsul Geral da República da Polônia, do Sr. Peter Russel Ter Poorten, Cônsul Honorário da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e da Sra. Marie Louise Van Der Berg Maia, Chanceler do Consulado da Holanda, do Sr. Jaime Hernando Beserman, do Consulado da República Argentina, cujas presenças aqui muito nos honraram e prestigiaram esta solenidade e o Poder Legislativo.

Quero agradecer, enfim, a presença de todos os que aqui compareceram, os Senhores Deputados, a imprensa que também comparece neste dia.

Solicito ainda que, ao final desta

Sessão, a mesma comissão de Senhores Deputados, acompanhem, durante a permanência no recinto desta Assembléia Legislativa, S. Exa. o Governador Roberto Requião e S. Exa. Dr. Ronald Accioly, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Finalmente convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná a ser executado pela Banda da Polícia Militar, após o que estará encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Deputados para a Sessão ordinária amanhã, à hora regimental, às 14:30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA

Levanta-se a sessão.